

# ParaTodas

Mandato do Deputado Tadeu Veneri-PT • nº 101 • Mai e Jun • 2015

Acesse:

[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)

[facebook.com/tadeuveneri](https://facebook.com/tadeuveneri)

## 29 de abril PARA NÃO ESQUECER!



Foto: Jéka Machado

Governo mobilizou força policial para repressão.

A tarde do dia 29 de abril de 2015 não será esquecida pela população do Paraná. Não apenas professores e demais servidores, mas a maioria dos cidadãos do estado e do país foi atingida pelas cenas de violência contra manifestantes que estavam em greve apenas lutando pelos seus direitos, na praça em frente à Assembleia Legislativa. A lei que mudou o plano de custeio do ParanaPrevidência foi aprovada pelo governo, mas a votação teve o sabor da derrota da cidadania, do estado de direito e dos princípios democráticos.

O cerco à Assembleia Legislativa pela polícia, a proibição do acesso dos servidores ao plenário para acompanhar a votação e o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os trabalhadores marcaram a vida de cada paranaense. A truculência e a falta de diálogo começou com a proposta de retirada de direitos dos professores e demais servidores, em fevereiro, quando após a ocupação do plenário e pátio da Assembleia, o governo desistiu do projeto. Mas fez nova tentativa no mês seguinte quando mandou para os deputados o novo projeto que compromete o futuro das aposentadorias e benefícios de todos os servidores.

O deputado Tadeu Veneri, líder da bancada de oposição na Assembleia Legislativa e um dos vinte votos contrários à proposta de mudança nas regras da previdência, tentou evitar o que ocorreu. Entrou com mandado de segurança no Tribunal de Justiça para garantir o direito de os servidores acompanharem a votação das galerias e, às vésperas do dia 29, protocolou uma representação no Ministério Público Estadual contra o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), e o secretário de Segurança Pública, Fernando Franciscini, por violação de direitos fundamentais e uso desproporcional das forças de segurança do Estado. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Veneri enviou a denúncia também à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seções nacional e estadual, à Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Na representação, Veneri cita a ocorrência de abuso de autoridade caracterizada também pela restrição à liberdade de locomoção na área, totalmente cercada pela Polícia. "O direito de manifestação, o direito de ir, vir e permanecer, a vida e a integridade física das pessoas são direitos constitucionais, que devem ser garantidos pelo poder público, disse Veneri.

A lei que mudou o ParanaPrevidência foi considerada irregular pelo Ministério da Previdência Social. Na prática, o governo do Paraná transferiu o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores com 73 anos ou mais para o fundo mantido com recursos das contribuições do conjunto dos funcionários. Desta forma, livra-se do compromisso de pagar cerca de R\$ 120 milhões por mês. E pode usar esses recursos para outros compromissos. A manobra compromete o pagamento futuro dos benefícios. Cálculos indicam que a mudança reduzirá de 57 para 29 anos a expectativa de duração dos fundos de previdência dos servidores públicos paranaenses. Na análise do Ministério da Previdência, a inclusão de uma nova massa de 33.566 servidores no fundo previdenciário irá gerar um déficit de R\$ 7,3 bilhões nos próximos sete anos.



Foto: Hugo Abati

Protesto contra a violência no Centro Cívico.

## Sem licitação

Em maio, a 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba condenou o governador Beto Richa, o dono da empresa Helisul e o chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, a indenizar o governo em R\$ 2 milhões em função de uma contratação emergencial de aeronaves em 2011. A sentença do juiz foi dada em resposta a uma ação popular contestando a decisão do governo de contratar aviões sem licitação no início do mandato do atual governador, quando Veneri também denunciou a mesma contratação à Justiça. À época, Veneri questionou a falta de licitação para a locação e requereu, na Justiça, resposta a pedido de informações aprovado na Assembleia Legislativa sobre os termos do contrato. Na sentença, o juiz diz que o governo tinha três aviões em condições de uso pela Anac para voar. Uma das aeronaves, posteriormente, foi leiloada e vendida para os sócios da Helisul

## Você sabia que...

... a 1ª Vara Federal de Cascavel declarou nulo o título de propriedade da Fazenda Rio das Cobras, que era reivindicada pela Araupel. A posse da área, localizada entre os municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, no Centro-Sul do Paraná, era contestada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A Justiça determinou que a área pertence à União?

... a desigualdade entre ricos e pobres nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países considerados desenvolvidos, atingiram o nível mais alto desde que os dados passaram a ser registrados, há 30 anos?

... no chamado Clube dos países ricos, 10% da população ganha 9,6 vezes mais que os 10% mais pobres?

... a Organização das Nações Unidas (ONU) revelou que dos 21 milhões de adolescentes que vivem no Brasil, apenas 0,013% cometeu atos contra a vida?

... para a ONU, os adolescentes são mais vítimas do que autores de violência?

... segundo a ONU, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria?

## Você está pagando a conta do tarifaço do governo do PSDB

Desde o dia 1º de abril deste ano, o contribuinte paranaense está gastando mais para comprar gás de cozinha e outros noventa e cinco mil itens de higiene, alimentos, entre outros. Estamos pagando o aumento da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proposto pelo governo do Estado e aprovado no ano passado pela Assembleia Legislativa do Paraná.

Alguns alimentos deixaram de ter isenção de ICMS e estão sendo taxados em 12%. Enquanto outros artigos como remédios, xampus

e calçados passara, tiveram o imposto majorado de 12% para 18% ou 25%. “É o tarifaço do governo Beto Richa que entrou em vigor. E não é pouca coisa. O povo do Paraná vai pagar a conta pelo descontrole financeiro do governo que está desesperado para arrecadar mais”, disse o líder da bancada de Oposição, deputado Tadeu Veneri (PT).

Veneri destacou ainda que, além destes reajustes, a população irá arcar com o aumento de 40% no valor do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

## O GOVERNO BETO RICHA AUMENTOU O PREÇO DE 95.000 PRODUTOS



## VEJA A LISTA DE ALGUNS PRODUTOS QUE FICARAM MAIS CAROS

- PÃES e produtos de rivados da farinha de trigo;
- GÁS DE COZINHA;
- PRODUTOS DE HIGIENE;
- LEITES E DERIVADOS;
- OVOS DE DERIVADOS;
- MASSAS ALIMENTÍCIAS;
- LEGUMES;
- CHÁS;
- VERDURAS;
- CARNES SUÍNA, BOVINA, CAPRINA, COELHO E AVES;
- PEIXES FRESCOS;



- REFEIÇÕES INDUSTRIAIS;
- TIJOLOS, TELHAS e demais produtos que sejam fabricados em argila ou barro;
- CALCÁRIO E GESSO;
- TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS;
- AUTOMÓVEIS;
- ÓLEO DIESEL;
- GASOLINA ETANOL.

Veneri propôs a criação da Frente, com apoio de vários deputados



## Defensoria Pública está à míngua

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) propôs e a Assembleia Legislativa aprovou a criação da Frente Parlamentar em Apoio à Defensoria Pública do Paraná. Mais de vinte deputados apoiaram a proposta.

O objetivo da Frente é dar suporte à instituição, discutindo soluções para que a Defensoria possa funcionar plenamente. Criada em maio de 2011, a Defensoria Pública está sem orçamento suficiente para cumprir com as suas funções, que é atender à população carente que necessita de assistência jurídica.

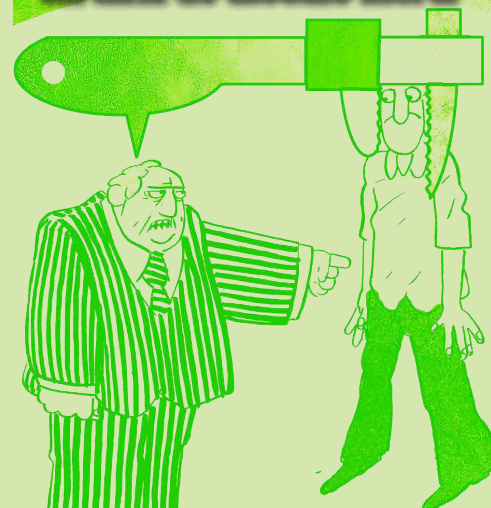
O governo reduziu o orçamento da Defensoria de R\$ 140 milhões, previsto em lei, para R\$ 43 milhões, por meio de resolução da Secretaria da Fazenda. Mas o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar garantindo o orçamen-

to anual de R\$ 140 milhões para a Defensoria Pública do Paraná. A decisão é a resposta à reclamação ajuizada pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep).

Além de o orçamento destinado à Defensoria ser menor do que deveria, o governo ainda não tem repassado os recursos para a instituição. Em março, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu um mandado de segurança, que obriga o governo estadual a repassar R\$ 11 milhões à Defensoria Pública em 72 horas, após notificação. O montante ainda não foi pago pelo Executivo.

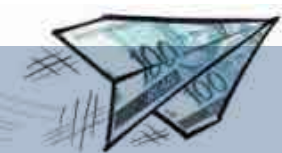
Para 2016, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê uma dotação de até R\$ 45 milhões. "A situação é dramática. A Defensoria está sendo deixada à míngua. Com esses recursos, somente é possível manter a sede e o pessoal de Curitiba", disse Veneri.

## Veneri faz nova edição da cartilha do assédio moral



Nos últimos anos, são inúmeras as decisões judiciais condenando empregadores e gestores públicos a pagar pesadas indenizações por assédio moral. A prática atinge igualmente os setores público e privado. Para ajudar o trabalhador a prevenir ou buscar reparação nos casos em que é vítima do assédio moral, o mandato do deputado estadual Tadeu Veneri preparou uma nova edição de cartilha contendo informações sobre o tema.

Veneri também reapresentou o projeto que prevê punições para situações de assédio moral na administração pública estadual. Para explicar o projeto, Veneri está se reunindo com entidades sindicais em vários municípios do Estado.



## Poder público tem que ser transparente!

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) reapresentou projeto de lei obrigando o poder público a divulgar informações sobre as despesas com deslocamentos aéreos de autoridades, custeados com recursos públicos. A proposta é fazer com que o Executivo, Legislativo e Judiciário e também as empresas públicas publiquem nos respectivos portais da transparência na internet dados sobre os voos oficiais.

O projeto de Veneri determina a publicação da data, o plano de voo, a lista de passageiros, o motivo da viagem e ainda o valor dos gastos se o avião for fretado. Estes dados devem ser publicados mensalmente, prevê o projeto.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2015

	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015
Combustíveis	4.269,18	6.242,80	6.288,69
Passagem/Hospedagem	1.346,77	1.452,76	1.001,40
Mat. Escritório	1.262,00	0,00	
Divulgação Ativ. Parlamentar	600,00	524,00	800,00
Copa/Cozinha	186,43	149,11	66,57
Informática	2.917,00	850,00	2.110,70
Telefone	688,34	1.007,79	1005,67
Copel/Sanepar	139,74	115,55	159,41
Alimentação	1.382,79	2.487,32	706,70
Gráfica	2.490,00	0,00	12.730,00
Periódicos	1.083,75	1.010,24	1.011,45
Imposto/Taxas	386,77	386,77	386,77
Locações Imóveis	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Eventos	2.836,05	0,00	243,50
Taxis/Pedágio	623,99	605,44	142,97
Locação Veículos	0,00	4.779,00	5.845,00
Áudio/Foto/Vídeo	0,00	600	3.100,00
Limpeza/Conservação	0,00	0,00	115,87
Correios	0,00	0,00	19,80
<b>Total</b>	<b>23.712,81</b>	<b>23.710,78</b>	<b>39.234,50</b>

# Transporte coletivo de Curitiba e região: De modelo a mau exemplo

Nesta entrevista, o economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) no Paraná, Sandro Silva, explica o que ocorreu com o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana, que em quarenta anos, passou de modelo a péssimo exemplo de mobilidade urbana.

**ParaTodos:** A que se atribui a piora no sistema de transporte coletivo de Curitiba, incluindo a região metropolitana, nos últimos vinte anos?

**Silva:** Isso ocorreu por vários fatores. Entre eles, a defasagem da metodologia de cálculo da tarifa, que não considera os avanços tecnológicos do sistema e a falta de atualização dos indicadores como, por exemplo, o consumo de pneus e de diesel. Isto torna o transporte mais caro. A eficácia ficou comprometida. Não teve inovação, mesmo com a licitação de 2010. Outro fator que contribuiu também foram as duas décadas, de 80 e 90, sem crescimento econômico. Com redução de renda e de emprego, houve redução do número de usuários do sistema. Com menos pessoas para pagar, a conta fica mais cara. Atualmente, o número de passageiros pagantes está no mesmo patamar do final dos anos 80. E isso apesar da integração com a região metropolitana.

**ParaTodos:** O senhor defende um novo plano de mobilidade urbana?

**Silva:** Essa discussão teria que ter sido anterior à licitação de 2010. É uma questão emergencial. Não adianta remendar o sistema sem considerar as mudanças que ocorreram nestes anos todos. É o caso da concentração das indústrias que, antes era na CIC. Agora, temos polos industriais em outros municípios da região metropolitana, como o polo automotivo em São José dos Pinhais. Isto nos leva à necessidade de fazer uma pesquisa de origem e destino de passageiros para identificar quais as necessidades e, assim, enfrentar as demandas.

**ParaTodos:** A desintegração da rede de transporte com a região metropolitana é um re-



*Sandro Silva defende controle social sobre o sistema*

trocesso social? De quem é a responsabilidade, do governo estadual ou das prefeituras?

**Silva:** A integração foi durante todo esse tempo o diferencial do sistema. Em função de questões políticas e financeiras, acabou comprometida e perdeu quem mais precisa do transporte coletivo, o trabalhador. O impacto do rompimento desse modelo não é sentido apenas pelo usuário do transporte coletivo, mas por toda a sociedade. Porque o trabalhador que paga mais caro pelo deslocamento vai sair mais caro também para o empregador. E a perda não é só do ponto de vista financeiro, mas também de qualidade de vida. Se o trabalhador que levava uma hora de casa até o trabalho, vai levar uma hora e meia, duas horas, é claro que terá um custo social e econômico maior. E a responsabilidade é tanto da esfera municipal como estadual, que não priorizou o transporte coletivo em detrimento do transporte individual. E do lado da população, há uma dificuldade de mobilização em torno desse tema. Se houvesse mais cobrança do poder público, teríamos uma realidade diferente. Não se pode continuar subsidiando um sistema que não tem transparência nem controle social.

**ParaTodos:** Mas em 2013, naqueles movimentos de rua, a melhoria do transporte coletivo foi uma das principais bandeiras...

**Silva:** Os movimentos social e sindical raramente se ocupam deste tema. O interesse ficou um pouco maior em 2013, dentro daquele contexto das manifestações. Mas nós

continuamos vivendo um impasse. As pessoas querem sair do transporte coletivo. A primeira coisa em que o cidadão pensa é ter um carro. E o trabalhador que continua dependente do sistema não tem tempo para discutir essa situação, e, muitas vezes, nem tem a compreensão de que está pagando caro por um serviço ruim, que vem piorando ao longo do tempo.

**ParaTodos:** Curitiba é uma cidade onde o transporte individual prevalece sobre o sistema coletivo. Como convencer o cidadão a trocar o carro pelo ônibus?

**Silva:** Oferecendo preço justo e qualidade no transporte coletivo. Se você tiver um sistema em que não se paga caro, que seja rápido e com um certo conforto, você ganha o cidadão. Algumas pessoas já estão repensando o tempo que gastam no trânsito, nos engarrafamentos com o transporte individual. É que no Brasil, nós temos a tradição de os governantes incentivarem a indústria automobilística, a produção. Mas de alguma forma já evoluímos um pouco, timidamente, porque antes nem havia a discussão sobre a necessidade de dar prioridade ao transporte coletivo.

**ParaTodos:** Qual a melhor modalidade de transporte para Curitiba e região? O tão comentado metrô seria uma solução?

**Silva:** Não vejo o metrô como a solução. O custo é elevado e o alcance do projeto proposto seria pequeno, aproximadamente 15% dos usuários atuais. O metrô já virou uma espécie de lenda. Existem outras alternativas para melhorar o sistema. Existem outras alternativas como a integração temporal, em que o usuário paga uma tarifa e tem um determinado tempo para usar. Ele pode usar qualquer ônibus e ganha tempo no deslocamento. A Comissão de Análise da Tarifa, criada pela prefeitura em 2013, apresentou mais de cem sugestões. Poucas foram colocadas em prática. O que nós precisamos é fazer a pesquisa de origem e destino e a discussão de um plano de mobilidade urbana para Curitiba e a região metropolitana, para avaliar quais os modais mais adequados para a necessidade da população.

**Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri**

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804

Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: [www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br) | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

**Twitter:** twitter.com/tadeuveneri | **Funpage:** facebook.com/tadeuveneri

